



MANIFESTO DE FUNDAÇÃO

A transnacionalização do capital e suas sempre crescentes necessidades de expansão tem conjugado movimentos de dupla natureza. Por um lado, amplia o assalariamento e elimina classes pré-capitalistas, por outro intensifica a precarização das condições de vida e de trabalho e o nível dos salários.

A tendência Resistência Autônoma (RA) nasce em meio a um contexto mundial e local de luta de classes caracterizado pela ofensiva estratégica das classes capitalistas e, consequentemente, pela defensiva estratégica do proletariado, que necessita resistir.

Enquanto as necessidades sociais não estiverem asseguradas para toda a humanidade, a luta prática nas relações sociais de produção continua fundamental e básica para enfrentamentos em outras instâncias não ligadas à sobrevivência imediata. Assim o proletariado é o único capaz de desestabilizar a espinha dorsal do capitalismo, criando condições para a transformação das demais relações e suas respectivas formas institucionais e criação de novas. A realização dessas transformações não se subordina a alianças com outras classes, mas depende de como o proletariado se articula internamente e com sua capacidade de lutar na produção, pois as relações baseadas na exploração e na dominação não vigoram somente em fábricas e empresas, mas em todas as instituições sociais. A RA não confunde o desejável com o obrigatório.

A expansão do capitalismo acentuou diversificações dentro do proletariado, composto por mulheres, pessoas negras, brancas, homossexuais, transgêneros, indígenas, etc. e todas essas diferenças têm sido utilizadas para impedir a unidade proletária no momento das lutas contra o Estado e a exploração do trabalho articulada com lutas pelo estabelecimento de relações igualitárias entre humanos. Lutas imprescindíveis para a refiguração da sociedade futura almejada, fundada no coletivismo e no igualitarismo.

É diante desta multiplicidade de setores explorados e oprimidos que se torna necessária uma organização política e social de lutas e ações de resistência que seja capaz de articular as diferenças para uma luta conjunta e sem fragmentações tão ao gosto dos modismos pretensamente de esquerda. Resistência econômica a um sistema que propicia a acumulação desigual de riquezas e coloca o lucro imediato de alguns acima das necessidades presentes e futuras de todas as pessoas. Resistência política a um sistema que impede as maiorias de decidirem sobre suas vidas. Resistência social a um sistema que a todo tempo fomenta desigualdades entre humanos. Resistência cultural a um sistema que dissemina valores, ideias, comportamentos, opiniões, habilidades e práticas destinadas a perpetuar lógicas binaristas como as manifestas nas divisões entre cultura e natureza, trabalho intelectual e trabalho muscular, dentre outras.

Porque uma resistência autônoma?

Considerando que o capitalismo é um sistema que inter-relaciona as dominações sociais, políticas, econômicas e culturais, ou seja, é indivisível, o campo de luta e resistência autônoma surge como convergência de todas as resistências desses setores, posicionando-se contrariamente à separação entre luta econômica – atribuída aos sindicatos – e luta política – atribuída aos partidos -, pois a luta proletária deve ser simultaneamente política, econômica, social e cultural.

A luta autônoma é antes de tudo “criação”. Criação de novas relações sociais por meio da auto-organização e autogestão proletárias da política e da economia, coerentes com o objetivo futuro: o comunismo. Por comunismo entendemos a gestão da produção pelos produtores diretos, as decisões políticas deliberadas pela maioria, ou seja, trata-se do poder dos trabalhadores e não de estatizar meios de produção, ou de centralizar decisões no aparelho de Estado (o que historicamente proporcionou o surgimento de uma nova classe dominante e exploradora).

Ao resistir autonomamente constrói-se um espaço de novas formas de luta em que se atrelam econômico, político, social e cultural, sempre objetiva e subjetivamente coerentes com o futuro almejado. A autonomia é a prática revolucionária de emancipação do proletariado, do impulsionar da ação direta contra o capital.

Portanto, dada a necessidade de unidade organizativa e de luta dos proletários, e a sua coerência de prática com o objetivo, negam-se as instituições que se inserem na luta de classes cindindo o político do econômico, organizadas com base em centralizações e autoridades burocráticas e na tecnocracia que se apresentam como intermediários entre o proletariado e a sua emancipação. É preciso resgatar na prática, com todas as suas consequências, a máxima da luta proletária autêntica: “A emancipação dos trabalhadores será obra dos próprios trabalhadores”!

Contudo, não se deve confundir luta e resistência autônomas com espontaneísmo. A necessidade de organização é evidente, e o desafio que se apresenta e nos propomos enfrentar é: como lutar autonomamente a partir do poder das bases e sem perder coerência com os objetivos finalistas?

Como o proletariado é a única classe potencialmente revolucionária no capitalismo, é na história de suas lutas que encontramos respostas, reflexões e criticidade para a construção de uma resistência autônoma.

É no esforço de extrair percepções de conteúdo revolucionário dessas histórias de lutas proletárias que se percebe que certos princípios apresentados desde a Primeira Internacional, tais como o internacionalismo e o antimilitarismo, continuam atuais e não devem ser simples jargões históricos, mas sim práticas urgentes e necessárias para a revolução socialista.

É com essas perspectivas que nos propomos construir a Resistência Autonomista.

RESISTIR ATÉ O CAPITAL CAIR

